

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER: DO ESPAÇO DOMÉSTICO À UNIVERSIDADE

*SYMBOLIC VIOLENCE AGAINST WOMEN:
FROM DOMESTIC SPACE TO UNIVERSITY*

Maria Inês Almeida Godinho¹

RESUMO: Nesse texto o objetivo é analisar como a violência simbólica exercida contra as mulheres no espaço familiar se estende ao espaço acadêmico universitário brasileiro. A hipótese é que neste processo são reproduzidas as estruturas de dominação simbólica masculina desenhadas pela família patriarcal brasileira durante gerações, o que torna este tipo de violência mais sutil se comparada à violência física, mas não menos devastadora. Estudantes universitárias brasileiras são constantemente alvo de agressões verbais, humilhações, abusos morais e psicológicos por parte de professores, colegas e funcionários que compartilham com elas o espaço acadêmico, mais tais atos são recorrentemente naturalizados pelos agressores, e, muitas vezes, também pelas próprias vítimas por estarem impregnados na sociedade brasileira. A análise se apoia principalmente nos estudos de Bourdieu sobre a dominação masculina e o poder e a violência simbólicos.

PALAVRAS-CHAVE: Violência simbólica. Dominação masculina. Família patriarcal. Mulher. Universidade.

ABSTRACT: In this text the objective is to analyze how the symbolic violence exerted against women in the family space extends to the Brazilian university academic. The hypothesis is that in this process the structures of male symbolic domination designed by the Brazilian patriarchal family over generations are reproduced, which makes this type of violence more subtle compared to physical violence, but no less devastating. Brazilian university students are constantly subjected to verbal abuse, humiliation, moral and psychological abuse by teachers, colleagues and staff who share the academic space with them, but such acts are recurrently naturalized by the perpetrators, and often by the victims themselves. for being impregnated in Brazilian society. The analysis relies mainly on Bourdieu's studies of male domination and symbolic power and violence.

KEY-WORDS: Symbolic Violence. Male domination. Patriarchal family. Woman. University.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – UNESP – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, e docente na UNIMAR – Universidade de Marília. E-mail: minesgodinho@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Todos os dias, em todo o mundo, os meios de comunicação divulgam notícias sobre violências de diferentes tipos e intensidades contra as mulheres - agressões psicológicas e morais, estupros, abusos físicos e homicídios, sendo que a maior parte delas aponta o espaço doméstico como o local dos crimes. Majoritariamente essa violência é perpetrada por homens que compartilham da intimidade do lar destas mulheres - maridos, namorados ou companheiros -, o que transforma o lugar onde deveriam ser exercidas relações de respeito, confiança e afeto, em um espaço marcado pela brutalidade, onde o homem exerce dominação e controle.

No Brasil, a violência doméstica pode ser medida pelo alto índice de feminicídios, crime que, de acordo com Bandeira (2013), é designado como o assassinato de uma mulher pelo simples fato de ela ser mulher. Sempre cometidos por homens, têm como motivações o ódio, o desprezo ou a perda do controle sobre as mulheres, sem distinção de cultura, cor, classe ou credo, o que o torna, segundo a autora, a “expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira”.

Esse tipo de crime vem aumentando a cada ano, como aponta pesquisa realizada em 2019 pelo IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e pelo FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública e publicada no Atlas da Violência 2019 (CERQUEIRA, 2019, p. 35): “entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando a mesma passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres”, sendo que o homicídio dentro das residências aumentou 17,1%, ao mesmo tempo em que a taxa fora da residência diminuiu 3,3% no período (p. 42).

Porém, a morte é somente a última etapa de uma série de violências que as mulheres enfrentam em casa. Frequentemente é precedida por todo o tipo de agressão por parte dos homens que tentam submetê-las a seu poder: agressões verbais, opressão, humilhações, ou seja, todo tipo de desconstrução moral da mulher antes da morte efetiva. Trata-se do mesmo tipo de processo descrito por Semélin (2009, p. 25) na análise da violência extrema empregada contra o inimigo nos massacres políticos: para o autor, destroçar moralmente a vítima antes de matá-la é uma maneira de estigmatizar o outro, “de rebaixá-lo, de anulá-lo”.

Bourdieu (1989) chama de violência simbólica este método de desmoralização. Trata-se de um tipo de coação que não se utiliza de força física, mas que investe contra o indivíduo de forma tão ou mais cruel ao objetivar a imposição de poder por via moral ou psicológica. Neste texto, a ênfase é dada à violência simbólica exercida contra as estudantes universitárias brasileiras por professores, colegas e funcionários que compartilham com elas o espaço acadêmico, e que constantemente é naturalizada pelos agressores, e, muitas vezes, também pelas próprias vítimas. A hipótese é que neste processo são reproduzidas as estruturas

de dominação simbólica masculina desenhadas pela família patriarcal brasileira durante gerações, o que torna este tipo de violência mais sutil se comparada à violência física, mas não menos devastadora.

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER

Para Bourdieu (1989), a violência simbólica é consequência do poder simbólico, um tipo de poder invisível que regula práticas e condutas dos membros de uma sociedade e tem força suficiente para moldar sua identidade, pois se fundamenta na construção recorrente de valores, regras e normas de conduta que induzem pessoas a se comportar segundo seus critérios. Para o autor, é assim que o poder simbólico cumpre sua função política como instrumento de imposição de uma classe ou grupo sobre outro, constituindo-se em uma autoridade invisível que carrega consigo uma violência também simbólica, cuja pretensão é justificar preconceitos, estereótipos e práticas de dominação.

É justamente o caso das agressões psicológicas e morais contra a mulher, onde a identidade, o comportamento, as ideias, os direitos e os corpos femininos passam a ser vistos naturalmente como inferiorizados ou submissos em discursos e ações dos homens, além de eternizados por instituições como família, igreja, escola e mídia.

Como estes padrões são arquitetados historicamente pelo discurso dominante, o indivíduo objeto de tal poder normalmente não se dá conta, seguindo seus princípios sem questioná-los, em um processo de cumplicidade. Assim, como fruto desta forma de poder, a violência simbólica se realiza, para Bourdieu (1989, p. 47), como um tipo de agressão “invisível às suas próprias vítimas e exercida pelas vias mais sutis de dominação”, pois se constrói por meio de formas de expressão de uma sociedade, ou seja, valores, comportamentos e hierarquias que contribuem para a reafirmação e reprodução uma ordem social.

Neste sistema, muitas vezes as mulheres não veem a violência como um instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, mas sim como um tipo de respeito que “naturalmente” se exerce para o homem, já que normalmente elas não têm capacidade crítica para reconhecer a arbitrariedade das regras impostas. É por isso, que, como aponta o Bourdieu (1989), a violência simbólica é consentida: “os dominados não se opõem ao seu opressor, já que não se percebem como vítimas deste processo”.

Em episódios de violência simbólica contra a mulher, as regras da dominação e sua naturalização são transmitidas através da dinâmica de opressão feminina perpetrada pela família patriarcal, como afirma Bourdieu (2018, p. 120): “é, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas”.

A FAMÍLIA PATRIARCAL E A DOMINAÇÃO MASCULINA

A família é uma força social que envolve o indivíduo na maior parte de sua vida, por isso padrões hierárquicos e regras de conduta social são repassados pela família à sociedade, e da sociedade de volta à família, em um *continuum* de realimentação perpetuado por gerações. A família, então, funciona como uma instância controladora que acaba por definir a vida social de seus membros e de toda a sociedade.

Os papéis sociais do homem e da mulher são exemplos de valores desenhados a partir da família e replicados nos vários outros papéis que os indivíduos exercem na sociedade, como aponta Goode (1970, p. 17): “o desempenho de um papel que é aprendido na família se torna o modelo ou o protótipo do desempenho dos papéis exigidos nos outros segmentos da sociedade”.

A estrutura dominante de família na sociedade capitalista do século XX, de acordo com Poster (1979, p. 186), é a família nuclear burguesa europeia, marcada pela figura central do patriarca, que é ao mesmo tempo chefe da família (composta por indivíduos com laços de sangue e/ou agregados) e administrador das posses e do capital social nela investido com o objetivo de produzir vinculações sociais úteis e duráveis que garantam o acesso a benefícios simbólicos ou materiais (BOURDIEU, 2001, p. 151)

Segundo Romanelli (1995, p. 74), além da estrutura hierarquizada que garante ao pai ou marido a autoridade e o poder, a família nuclear burguesa tem ainda como características uma rígida divisão social do trabalho, com atribuições e tarefas divididas entre masculinas e femininas; o controle da sexualidade feminina e uma dupla moral sexual, onde a mulher sofre um rígido controle sobre seus desejos e posturas.

Este modelo foi o ponto de partida da história da instituição familiar no Brasil, “um modelo trazido pelo colonizador português e adaptado às condições socioculturais brasileiras da época (latifúndio escravagista), com variações de acordo com a região do país” (Mariano, 2016, p. 431), e estendeu-se à toda a sociedade, sendo reforçada por outras instituições disciplinadoras, a exemplo da Igreja e do Estado, e mais tarde pelas representações sociais postas em circulação pela mídia.

Isso fez com que o modelo de família nuclear fosse acolhido como verdadeiro e desejado. Todos os outros arranjos familiares que não fossem similares a ele passaram à esfera do ‘anormal’, como aponta Szymanski (1995, p. 23): “quando a família se afastava do modelo era chamada desestruturada ou incompleta e consideravam-se os problemas emocionais que poderiam advir da ‘desestruturada’ ou ‘incompletude’”.

Mesmo existindo cada vez mais muitas outras configurações familiares, a exemplo das matrifocais², para Romanelli (1995, p. 74), o significado simbólico do modelo patriarcal nuclear é muito forte, e quase sempre é o modelo perseguido como “um ideal de vida doméstica”.

Assim, este padrão familiar impôs suas normas e fez com que os indivíduos aceitassem os papéis designados a eles e naturalizassem condutas que, na verdade, são socialmente construídas e normatizadas, a exemplo da autoridade e da violência do homem e da sujeição e da passividade das mulheres, como lembra Saffioti (2015, p. 37): “elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem.”

Hoje, de acordo com Bilac (1995, pp. 36-37), a família não é mais vista como organizada por normas fixadas a partir do poder patriarcal, mas, sim, fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros, resultado de mudanças em sua organização geradas pelo acesso da mulher à instrução e por sua entrada no mercado de trabalho e no âmbito político. Mas para Bourdieu (2018, p. 137) estas mudanças visíveis na condição feminina na verdade “mascaram a permanência de estruturas invisíveis” no âmbito familiar, como os resquícios do poder patriarcal.

Romanelli (1995, p. 76) concorda com a ressalva de Bourdieu quando afirma que ainda hoje a capacidade de negociação dentro de um núcleo familiar não é a mesma para todos os seus membros. Principalmente quando estas aspirações partem de uma das mulheres da família e faz com que os homens se vejam confrontados com seu pátrio poder.

Deste modo, apesar do visível definhamento da família patriarcal, os homens ainda partem para a violência – física ou simbólica - quando as mulheres não concordam com a submissão, tentando garantir o pátrio-poder conquistado há séculos. Como lembra Castells (1999, p. 278), “o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem”.

Podemos verificar esta premissa quando analisamos os relatos de violência sofridos atualmente pelas mulheres no espaço acadêmico, que, como extensão social do espaço familiar, replica seus valores, condutas e hierarquias, a exemplo da dominação masculina, como lembra Saffioti (2015, p. 49): “o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo”.

2 O conceito de matrifocalidade foi criado por Raymond Thomas Smith para designar o núcleo familiar centrado na mãe na ausência do pai ou quando este tem um papel secundário. Ver SMITH, Raymond T. *The matrifocal family: power, pluralism and politics*. London: Routledge, 2014.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA MULHERES NA UNIVERSIDADE

Do espaço privado da família a violência simbólica contra as mulheres se expande para o espaço público da universidade. Cotidianamente, casos de violência física, moral e psicológica são reportados por alunas, funcionárias e professoras de faculdades públicas e privadas: assédios sexuais e morais, agressões físicas e verbais, coações psicológicas, coerções, estupros e mortes, perpetrados por professores, alunos e funcionários das instituições. E os números vêm aumentando, como aponta Bandeira (2017, p. 52):

Dentre os espaços com plena expansão de expressividades da violência de gênero e contra as mulheres, observa-se um ‘avanço’ desenfreado seu em diversos campi universitários espalhados pela vastidão do país, onde se realizam: os ‘trotes violentos’, os assédios sexual e moral, além de estupros, e em algumas situações chegou-se ao assassinato.

Entre notícias de violência nos *campi* universitários brasileiros, as seguintes estamparam os jornais em 2018 e no início de 2019:

- “Formandas da UEM protestam contra demora em investigações sobre assédio sexual por professores” - G1 - 12/03/2018
- “Universitárias da Unesp protestam contra professores durante formatura: ‘Quero aula, não assédio’ - G1 - 16/03/2018
- “Alunas são feridas em trote violento - alunas de Física do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), campus Maceió, denunciam que foram feridas com substâncias químicas durante uma calourada nesta sexta-feira (16) - Repórter Nordeste - 17/03/2018
- “Dez alunas denunciam professor de universidade em SC por crimes sexuais” - O Estado de São Paulo - 31/03/2018
- “Assédio, motel e estupro: os abusos dos professores nas universidades” - R7 - 08/04/2018
- “Professores universitários são demitidos após denúncias de agressão sexual - um dos docentes trabalhava na Federal Fluminense e outros dois na Federal de Goiás; eles negam as acusações das alunas” - Folha de São Paulo - 10/02/2019
- “Trote com calouros de odontologia em simulação de sexo causa polêmica no Oeste de SC” - G1 Santa Catarina - 15/02/2019

A atenção da mídia sobre a violência simbólica contra as mulheres nas universidades brasileiras cresceu após o “Rodeio das gordas”, realizado em 2010 na cidade de Assis, interior de São Paulo, no denominado INTER (anteriormente

chamado INTERUNESP), evento esportivo que reúne anualmente milhares de alunos de todos os *campi* da UNESP.

Considerado um marco nos estudos de violência no âmbito da universidade, o “Rodeio das Gordas” foi tratado pelos alunos como uma “brincadeira”. Consistia em perseguir as colegas acima do peso, prendê-las e montar em suas costas como se fossem animais em um rodeio. O tempo era cronometrado e prêmios eram atribuídos aos rapazes que conseguissem se manter no dorso da garota por mais tempo. As regras da competição foram postadas pelos participantes em uma página criada no, hoje extinto, *site* de relacionamento *Orkut*.³

The screenshot shows a forum post on Orkut. The title is "Regras do RODEIO". The post is from the "Rodeio de Gordas Araraquara 2010" community. The rules listed are:

- 1. do tempo de permanência**
 Todo peão deve permanecer 8 segundos segurando a gorda. Esse tempo pode ser alterado se, e somente se:
 1.1 - o peão segurar com 1 mão só (5 segundos)
 1.2 - o peão fechar a guarda na gorda (4 segundos)
 1.3 - o peão fechar a guarda e ficar sem as mãos (3 segundos)
- 2. Da bandagem**
 2.1. Gordas bandadas são mais valiosas. A saber:
 2.1.1. Se o peão só conseguir segurar por 2 segundos ou menos (4 pontos)
 2.1.2. Quanto maior número de coices despejados, mais pontos. Ou seja, a cada coice tomado, o peão guerreiro ganha 1 ponto
- 3. Do corpo da gorda**
 § parágrafo único - tem que ser grande, bem grande §

Fonte: #FórumPOLITZ - 09/11/2010

Disponível: <https://forum.politz.com.br/index.php?threads/rodeio-de-gorda.75225/>

Alunos e ONGs fizeram abaixo-assinado contra o “Rodeio das gordas” e a Unesp instaurou processo para investigar o *bullying* coletivo e em seguida foram instauradas um inquérito policial e uma investigação do Ministério Público. A comunidade digital original no Orkut também foi então retirada do ar, mas, provando que a violência masculina ainda é naturalizada por muitos, um mês depois do evento novas comunidades na mesma rede foram criadas para apoiar o “Rodeio das Gordas”, de acordo com reportagem de Cinthia Rodrigues para o *site* de notícias IG São Paulo publicada em 19/11/2010: “Uma delas crítica a ‘imprensa marrom’ pelas críticas. Outra diz ‘Valeu InterUnesp 2010’ e pede ‘liberdade a livre manifestação’. Uma terceira ofende as obesas desde a descrição do grupo e a quarta diz estar organizando o ‘1º rodeio das gordas da capital paulista’”.

Além das festas e eventos esportivos universitários, como o INTERUNESP, também os trotes acadêmicos se constituem em espaços onde regularmen-

3 O *Orkut* foi uma rede social digital criada em 2004 nos Estados Unidos por um engenheiro do *Google* e desativada em 30 de setembro de 2014. No Brasil teve mais de 30 milhões de usuários, mas em 2011 foi ultrapassada pelo *Facebook*.

te são praticadas violências contra as mulheres, pois os veteranos devem se mostrar mais fortes e poderosos aos ingressantes, explicitando, como afirma Bandeira (2017, p. 58), as relações de poder inscritas na sociedade.

Desde a implantação das primeiras faculdades brasileiras já eram reportadas violências nos eventos de recepção dos calouros, a exemplo da verificada no primeiro trote brasileiro, em 1831, que acabou na morte de um aluno na Faculdade de Direito de Olinda⁴. E a partir das últimas três décadas, quando as mulheres começaram a ter expressividade numérica nas universidades brasileiras, os trotes violentos, que antes eram dirigidos somente aos rapazes, começaram a incluir também as mulheres.

Assim, os trotes passaram a reafirmar também as desigualdades de gênero, estendendo ao âmbito universitário as relações de dominação masculina presentes na família patriarcal. Segundo Bandeira (2017, p. 58), a presença feminina pôs em xeque a autoridade masculina na universidade, e, conseqüentemente, o domínio dos rapazes no âmbito econômico:

A presença de jovens mulheres [...] passa a 'incomodar' e a colocar em questão essa hegemonia masculina, seja pelo bom desempenho que evidenciam, seja pela autonomia que detém, seja ainda pela condição de 'atuais' e 'futuras' competidoras no mercado de trabalho.

Além da violência física aplicada quando as calouras não concordam com as “brincadeiras” - a exemplo dos “leilões” em função de seus “atributos” físicos e da simulação de atos sexuais-, diversos tipos de violência simbólica recheiam a pesquisa realizada pelo Instituto Avon em 2015 sobre a violência contra a mulher no ambiente universitário brasileiro.

Foram entrevistados 1823 universitários de todo o país, de instituições públicas e privadas, sendo 40% homens e 60% mulheres. A pesquisa considerou seis tipos de violência: assédio sexual, coerção, violência sexual, violência física, desqualificação intelectual e agressão moral e/ou psicológica.

O âmbito da violência física inclui violência sexual - estupro, tentativa de abuso enquanto sob efeito de álcool, ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar veterano, 28% das entrevistadas afirmou que sofreu, e 46% conhece alguém que já sofreu. No da violência física, sem conotação sexual, 10% já sofreram e 22% conhecem casos.

Circundando o universo do simbólico, a pesquisa do Instituto Avon levantou números expressivos sobre distintos tipos de violência sofridas pelas universitárias, como o assédio sexual (56%), coerção (18%), desqualificação intelectual (49%) e agressão moral e/ou psicológica (52%). Percebemos, assim, que

⁴ Informação disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/cotidiano/quais-foram-os-trotes-mais-cruéis-do-brasil/>

nos trotes acadêmicos a violência simbólica contra a mulher pode ser considerada rotina, o que constantemente leva as estudantes a desistirem do curso ou mesmo de suas futuras carreiras, principalmente entre as matriculadas em cursos onde os homens predominam, como as engenharias. Como aponta Bandeira (2017, p. 70), a ameaça simbólica na universidade “deteriora e desestabiliza sua condição de mulher e sua capacidade de formação profissional”.

No geral, a pesquisa apontou que somente 10% das mulheres relataram espontaneamente que sofreram algum tipo de violência – física ou simbólica - nos *campi* ou em festas, mas quando estimuladas com uma lista de vários tipos de violências, este número subiu para 67%, o que indica que muitas vezes a violência, principalmente a simbólica, não é vista como tal pelas estudantes, reafirmando a observação de Bourdieu (2018, p. 133) de que tem a “cumplicidade” de suas próprias vítimas:

Através da experiência de uma ordem social “sexualmente” ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é.

A naturalização da violência simbólica contra as mulheres nos *campi* também pode ser sentida nas respostas dadas pelos homens entrevistados na pesquisa: somente 2% admitiram espontaneamente ter cometido algum tipo de violência contra as colegas universitárias, mas, ao serem confrontados com a lista de violências o número subiu para 38%, mas ainda assim eles não reconheceram seus atos como agressões, e sim brincadeiras ou simples respostas ao comportamento das colegas:

- 27% não consideram violência sexual abusar da garota caso esteja alcoolizada.
- 35% não consideram como violência submeter as estudantes a atividades degradantes como desfiles e leilões.
- 31% não consideram violência repassar fotos e vídeos sem a autorização da pessoa fotografada.

Como visto acima, assim como na vida privada a universidade também é um espaço onde a relação de dominação do homem sobre a mulher é naturalizada, pois se trata de uma construção histórica incorporada pela sociedade através do que Bourdieu (2018, p. 10) denominou “esquemas inconscientes de percep-

ção e apreciação”, que levam mulheres e homens a acreditarem ser normal os vários tipos de violência simbólica sofridas pelas alunas, funcionárias ou professoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirma Saffioti (2015, p.86), “as mulheres, no mundo privado e na universidade, vivem em constante terror”; um sentimento eternizado pela naturalização de regras de conduta e de valores construídos no seio da família patriarcal que acabam por violentar silenciosamente muitas mulheres ou que as destroem quando discordam ou não se submetem aos padrões de comportamentos impostos.

Acreditamos que para frear esta violência que perpassa a vida familiar e a vida acadêmica das mulheres, seja necessário desvendar e desconstruir os mecanismos históricos que eternizam o controle masculino e retiram da mulher seu papel de agente histórico, como aponta Pierre Bourdieu no prefácio de “A Dominação Masculina” (2018): “é contra essas forças históricas de des-historização que deve orientar-se, prioritariamente, uma iniciativa de mobilização, visando repor em marcha a história, neutralizando os mecanismos de neutralização da história.”

Ao encontro desta ideia o movimento feminista há décadas tem tentado transformar a história e mover as barreiras da desigualdade entre homens e mulheres, e, no caso da violência simbólica no mundo acadêmico, nos últimos anos temos visto um aumento expressivo de ações de grupos de estudantes universitárias que têm como objetivo denunciar abusos e pedir políticas institucionais de prevenção e de enfrentamento de violências de gênero dentro dos *campi* das universidades brasileiras.

Mais recentemente, outras iniciativas se somaram à luta das mulheres, a exemplo da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito/Ato nº 56, de 2014 (CPI), criada pela ALESP – Assembleia Legislativa de São Paulo para investigar a violência nas universidades paulistas, além de ações de universidades como a USP, que instituiu a “Rede Não Cala” em 2015, um projeto encabeçado por professoras da instituição que objetiva o fim das situações de abuso cada vez mais frequente no ambiente universitário.

Mas estas ações não terão resultado se os próprios homens não tomarem a iniciativa de desconstruir estes mecanismos, o que pode ser iniciado a partir de novas vivências dentro de suas famílias e de sua vida social; vivências que possam abrir caminhos para que as mulheres possam atravessar da dimensão da sobrevivência para uma dimensão onde não tenham que se perguntar até quando terão medo dos homens.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes Maria. Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. **Revista Gênero**, v. 17, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/942> Acesso: 02/07/2019
- BANDEIRA, Lourdes Maria. **Feminicídio**: a última etapa do ciclo da violência contra a mulher. Compromisso e atitude. 10/11/2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/feminicidio-a-ultima-etapa-do-ciclo-da-violencia-contra-a-mulher-por-lourdes-bandeira/> Acesso: 03/06/2019
- BILAC, Elizabete Dória. Família: algumas inquietações. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de *et al.* **A família contemporânea em debate**. v. 4. São Paulo: Educ, 1995. P. 29-38.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 6. ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.
- BOURDIEU, Pierre; INDA, Andrés García; BENEITEZ, María José Bernuz. **Poder, derecho y clases sociales**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura: o poder da identidade. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da violência 2019**. Ipea e FBSP. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf Acesso: 02/07/2019.
- GOODE, William J. **A família**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.
- INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em: [http://dev-institutoavon.adttemp.com.br/uploads/media/1523997913813-pesquisa%20instituto%20avon_2015%20\(universidade\).pdf](http://dev-institutoavon.adttemp.com.br/uploads/media/1523997913813-pesquisa%20instituto%20avon_2015%20(universidade).pdf)
- MARIANO, Fabiene P. A família patriarcal contemporânea. *In*: MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. **Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**, v. 5, n. 5, 2016. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- RODRIGUES, Cinthia. **Apologia de “rodeio das gordas” continua na internet**. IG São Paulo. 19/11/2010. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/apologia-de-rodeio-das-gordas-continua-na-internet/n1237831285426.html>
- ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de *et al.* **A família contemporânea em debate**. V. 4. São Paulo: Educ, 1995. P. 73-88.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. v. 4. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de *et al.* **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Educ., 1995. P. 23 – 27.

